



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

2º Trimestre/2022

- ✓ *Demonstrações Contábeis*
- ✓ *Notas Explicativas*

REITORA UFPEL

Isabela Fernandes Andrade - Gestão 2021/2024

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Hartlebem Peter - Gestão 2021/2024

COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC

Fernanda e Silva Rodrigues

CONTADOR GERAL DA UFPEL

Leonardo Pinto Ortiz
CRC RS 089096

CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL - SCONT

Giovani Luiz Garcia Costantini
CRC RS 082667

CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC

Alexandre Doro Bittencourt
CRC RS 082170

CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD

Fernanda Patzlaff Neuenfeld

CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS - SPAG

Gabriel Monteblanco Leal

CHEFE SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SDP

Anderson Chollet

CONTATO CFC

cfc@ufpel.edu.br

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
1.1 Balanço Patrimonial.....	1
1.2 Balanço Orçamentário.....	4
1.3 Balanço Financeiro	7
1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	13
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL	13
2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	14
2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	14
3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	17
3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	27
3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	37
3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	42
3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC	47

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO		ESPECIFICAÇÃO		2º tri 2022	4º tri 2021
		ATIVO CIRCULANTE			
ATIVO CIRCULANTE		NE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>01</u>	63.488.008,28	56.214.582,57	
Créditos a Curto Prazo			11.345.613,19	14.006.748,81	
Clientes			5.619,82	5.619,82	
Demais Créditos e Valores			11.339.993,37	14.001.128,99	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			-	-	
Estoques		<u>02</u>	700.970,29	559.351,34	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente			25.835,04	13.347,75	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			679.011.306,97	675.321.901,23	
Ativo Realizável a Longo Prazo			-	-	
Estoques			-	-	
Investimentos			97.346,71	97.346,71	
Participações Permanentes			97.346,71	97.346,71	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			97.346,71	97.346,71	
Propriedades para Investimento			-	-	
Propriedades para Investimento			-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			-	-	
Demais Investimentos Permanentes			-	-	
Demais Investimentos Permanentes			-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			-	-	
Imobilizado		<u>03</u>	678.426.612,13	674.748.956,05	
Bens Móveis			166.076.142,28	164.033.298,45	
Bens Móveis			180.211.996,93	178.169.153,10	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			-14.135.854,65	-14.135.854,65	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-	-	
Bens Imóveis			512.350.469,85	510.715.657,60	
Bens Imóveis			513.872.616,42	518.050.676,69	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			-1.522.146,57	-7.335.019,09	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			-	-	
Intangível		<u>04</u>	487.348,13	475.598,47	
Softwares			487.348,13	475.598,47	
Softwares			487.348,13	475.598,47	
(-) Amortização Acumulada de Softwares			-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-	
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind			-	-	

(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-
Diferido	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	754.571.733,77	746.115.931,70	

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		68.752.928,55	59.992.957,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	05	1.939.589,37	1.274.604,83
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.238,10	2.238,10
Transferências Fiscais a Curto Prazo		842.077,69	1.586.070,00
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		105.455.900,44	105.937.916,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.001.404,26	5.459.939,03
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		435.393,50	417.993,63
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.358.167,20	4.842.408,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		207.843,56	199.537,40
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		181.994.138,41	174.253.726,48

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		572.577.595,36	571.862.205,22
Resultado do Exercício		5.625.656,27	49.001.132,39
Resultados de Exercícios Anteriores		571.862.205,22	523.433.846,32
Ajustes de Exercícios Anteriores	06	-4.910.266,13	-572.773,49
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		572.577.595,36	571.862.205,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		754.571.733,77	746.115.931,70



QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2022	4º tri 2021	ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2022	4º tri 2021
ATIVO FINANCEIRO	63.488.008,28	56.214.582,57	PASSIVO FINANCEIRO	399.699.686,50	75.815.970,62
ATIVO PERMANENTE	691.083.725,49	689.901.349,13	PASSIVO PERMANENTE	118.501.058,18	116.783.670,41
			SALDO PATRIMONIAL	236.370.989,09	553.516.290,67

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2º tri 2022	4º tri 2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	62.715.159,75	57.718.724,88	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		117.072.091,85	104.358.187,57
Atos Potenciais Ativos	62.715.159,75	57.718.724,88	Atos Potenciais Passivos		117.072.091,85	104.358.187,57
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.701.578,58	4.323.837,68	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrum. Congêneres	57.159.921,85	52.569.388,26	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres		4.926.814,16	6.012.884,16
Direitos Contratuais	853.659,32	825.498,94	Obrigações Contratuais	07	112.145.277,69	98.345.303,41
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	62.715.159,75	57.718.724,88	TOTAL		117.072.091,85	104.358.187,57

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-229.002.001,53
Recursos Vinculados		-107.209.676,69
Educação		-4.674.449,96
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-1.515.159,94
Previdência Social (RPPS)		-101.344.160,54
Dívida Pública		-512.958,96
Alienação de Bens e Direitos		25.170,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		811.882,71
TOTAL		-336.211.678,22

1.2 Balanço Orçamentário

Período: 2º trimestre 2022

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	09	2.460.537,00	2.460.537,00	1.139.732,90	-1.320.804,10
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxes		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		291.413,00	291.413,00	86.349,09	-205.063,91
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		267.562,00	267.562,00	69.766,68	-197.795,32
Valores Mobiliários		23.851,00	23.851,00	16.582,41	-7.268,59
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		23.256,00	23.256,00	7.920,00	-15.336,00
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.121.969,00	2.121.969,00	900.738,78	-1.221.230,22
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.121.969,00	2.121.969,00	900.738,78	-1.221.230,22
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	122.374,18	122.374,18
Outras Receitas Correntes		23.899,00	23.899,00	22.350,85	-1.548,15
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		23.899,00	23.899,00	8.813,97	-15.085,03
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	13.536,88	13.536,88
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		1.130.531,00	1.130.531,00	-	-1.130.531,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		149.290,00	149.290,00	-	-149.290,00
Alienação de Bens Móveis		149.290,00	149.290,00	-	-149.290,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		981.241,00	981.241,00	-	-981.241,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		3.591.068,00	3.591.068,00	1.139.732,90	-2.451.335,10
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-

Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		3.591.068,00	3.591.068,00	1.139.732,90	-2.451.335,10
DEFÍCIT	10			735.829.588,34	735.829.588,34
TOTAL		3.591.068,00	3.591.068,00	736.969.321,24	733.378.253,24
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			5.476.407,00		-5.476.407,00
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	3.865.307,00		-
Créditos Cancelados		-	1.611.100,00		-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		863.968.453,00	870.285.118,00	736.242.512,06	413.402.399,37	350.994.358,73	134.042.605,94
Pessoal e Encargos Sociais		756.813.954,00	771.752.966,00	639.021.717,52	364.036.036,16	305.820.906,69	132.731.248,48
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		107.154.499,00	98.532.152,00	97.220.794,54	49.366.363,21	45.173.452,04	1.311.357,46
DESPESAS DE CAPITAL		5.149.719,00	4.309.461,00	726.809,18	644.024,61	644.024,61	3.582.651,82
Investimentos		5.149.719,00	4.309.461,00	726.809,18	644.024,61	644.024,61	3.582.651,82
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		869.118.172,00	874.594.579,00	736.969.321,24	414.046.423,98	351.638.383,34	137.625.257,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		869.118.172,00	874.594.579,00	736.969.321,24	414.046.423,98	351.638.383,34	137.625.257,76
TOTAL	11	869.118.172,00	874.594.579,00	736.969.321,24	414.046.423,98	351.638.383,34	137.625.257,76

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – NE [12](#)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.844.019,36	2.813.534,58	2.506.344,56	2.503.519,72	282.305,45	2.871.728,77
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.844.019,36	2.813.534,58	2.506.344,56	2.503.519,72	282.305,45	2.871.728,77
DESPESAS DE CAPITAL	10.780.849,30	1.908.242,43	2.086.280,75	1.878.526,67	26.166,36	10.784.398,70
Investimentos	10.780.849,30	1.908.242,43	2.086.280,75	1.878.526,67	26.166,36	10.784.398,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.624.868,66	4.721.777,01	4.592.625,31	4.382.046,39	308.471,81	13.656.127,47



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	87.728,81	56.263.597,59	55.763.615,99	20.936,78	566.773,63
Juros e Encargos da Dívida	-	52.312.207,78	52.312.207,78	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	7.310,75	973.381,66	973.381,66	-	7.310,75
Inversões Financeiras	7.310,75	973.381,66	973.381,66	-	7.310,75
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	95.039,56	57.236.979,25	56.736.997,65	20.936,78	574.084,38

1.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
Receitas Orçamentárias		1.139.732,90	879.902,01
Ordinárias		-	-
Vinculadas		1.160.261,12	880.898,41
Educação		2.696,33	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.266,70	
Previdência Social (RPPS)		-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.156.298,09	880.898,41
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-20.528,22	-996,40
Transferências Financeiras Recebidas		437.682.679,31	431.307.466,89
Resultantes da Execução Orçamentária		431.067.736,05	417.186.838,39
Repasso Recebido		412.341.544,69	396.664.174,14
Sub-repasso Recebido		18.726.191,36	20.522.664,25
Independentes da Execução Orçamentária		6.614.943,26	14.120.628,50
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		6.444.896,84	13.104.172,72
Demais Transferências Recebidas			9.880,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		170.046,42	1.006.575,78
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		385.857.710,87	283.856.432,46
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		62.408.040,64	62.937.892,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		322.922.897,26	220.302.848,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		285.543,94	60.099,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários		241.229,03	555.591,89
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		11.187,71	2.694,52
Arrecadação de Outra Unidade		230.041,32	552.897,37
Saldo do Exercício Anterior		56.214.582,57	58.347.197,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		56.214.582,57	58.347.197,38
TOTAL	13	880.894.705,65	774.390.998,74

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
Despesas Orçamentárias		736.969.321,24	619.941.143,78
Ordinárias		503.228.262,17	425.926.147,04
Vinculadas		233.741.059,07	194.014.996,74
Educação		9.238.143,89	3.887.277,92
Seguridade Social (Exceto Previdência)		89.457,44	131.628.433,97
Previdência Social (RPPS)		223.594.811,52	58.365.302,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		818.646,22	133.982,51
Transferências Financeiras Concedidas		19.022.831,05	23.126.364,59
Resultantes da Execução Orçamentária		18.751.151,70	20.533.484,35
Repasso Concedido		24.960,34	4.313,88
Sub-repasso Concedido		18.726.191,36	20.522.664,25
Repasso Devolvido			6.506,22
Independentes da Execução Orçamentária		271.679,35	2.592.880,24
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.000,00	2.014.126,13
Demais Transferências Concedidas			24.946,74
Movimento de Saldos Patrimoniais		251.679,35	553.807,37



Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários			
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		61.414.545,08	67.463.507,09
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		56.736.997,65	52.726.000,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.382.046,39	14.675.196,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		295.501,04	62.309,45
 Saldo para o Exercício Seguinte			
Caixa e Equivalentes de Caixa		63.488.008,28	63.859.983,28
TOTAL	<u>14</u>	880.894.705,65	774.390.998,74



1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15	455.749.570,27	480.710.020,32
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		978.423,46	842.003,53
Venda de Mercadorias		9.793,00	13.900,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		968.630,46	828.103,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		16.600,47	12.034,27
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		2,00	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		16.598,47	12.034,27
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		441.276.881,25	433.357.960,75
Transferências Intragovernamentais		437.682.679,31	431.307.466,89
Transferências Intergovernamentais		78.792,68	-
Transferências das Instituições Privadas		43.581,50	16.400,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.471.827,76	2.034.093,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		13.225.272,92	45.935.546,01
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		426,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		13.224.846,92	45.935.546,01
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		252.392,17	562.475,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		252.392,17	562.475,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16	450.123.914,00	444.169.243,79
Pessoal e Encargos		259.413.819,40	251.438.137,05
Remuneração a Pessoal		206.521.534,65	198.969.097,41
Encargos Patronais		44.669.966,98	44.431.461,50
Benefícios a Pessoal		8.222.317,77	8.037.578,14
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		127.765.728,58	123.290.092,41
Aposentadorias e Reformas		105.342.382,83	102.095.809,16
Pensões		18.557.869,87	17.290.042,43



Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.865.475,88	3.904.240,82	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.525.841,43	27.381.802,08	
Uso de Material de Consumo	2.924.671,25	2.205.442,74	
Serviços	21.300.889,06	24.942.584,65	
Depreciação, Amortização e Exaustão	300.281,12	233.774,69	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.046.526,05	802.977,85	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	690.918,96	528.788,90	
Variações Monetárias e Cambiais	355.607,09	274.102,55	
Descontos Financeiros Concedidos	-	86,40	
Aportes ao Banco Central	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Concedidas	21.575.053,77	24.035.042,21	
Transferências Intragovernamentais	19.022.831,05	23.126.364,59	
Transferências Intergovernamentais	342.077,69	825.000,00	
Transferências a Instituições Privadas	91.676,12	83.677,62	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	-	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.118.468,91	-	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.105.516,37	9.191.450,18	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	
Perdas com Alienação	-	-	
Perdas Involuntárias	198,96	6.899,92	
Incorporação de Passivos	7.831.486,17	9.176.257,59	
Desincorporação de Ativos	273.831,24	8.292,67	
Tributárias	45.746,79	11.109,48	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.663,78	1.319,47	
Contribuições	19.083,01	9.790,01	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.645.681,61	8.018.632,53	
Premiações	-	-	
Resultado Negativo de Participações	-	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	-	
Incentivos	7.641.466,66	8.016.931,69	
Subvenções Econômicas	-	-	
Participações e Contribuições	-	-	
Constituição de Provisões	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.214,95	1.700,84	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	<u>17</u>	5.625.656,27	36.540.776,53

1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2º tri 2022	4º tri 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.529.358,65	11.058.835,50
INGRESSOS	19	439.337.997,47	432.800.365,68
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		69.766,68	124.861,39
Receita Agropecuária		7.920,00	11.888,00
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		900.738,78	705.167,74
Remuneração das Disponibilidades		16.582,41	12.006,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias		22.350,85	9.578,39
Transferências Recebidas		122.374,18	16.400,00
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		122.374,18	16.400,00
Outros Ingressos Operacionais		438.198.264,57	431.920.463,67
Ingressos Extraorçamentários		285.543,94	60.099,41
Transferências Financeiras Recebidas		437.682.679,31	431.307.466,89
Arrecadação de Outra Unidade		230.041,32	552.897,37
DESEMBOLSOS	20	-428.808.638,82	-421.741.530,18
Pessoal e Demais Despesas		-364.127.366,93	-353.906.881,16
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-113.449.537,97	-109.619.913,06
Saúde		-95.337,01	-226.896,44
Trabalho		-	-
Educação		-250.229.008,01	-243.101.609,94
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-192.338,00	-740.459,46
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-400,05	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-171.933,60	-220.696,78
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		11.187,71	2.694,52
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-45.362.939,80	-44.645.974,98



Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-44.186.601,83	-43.939.311,63
Outras Transferências Concedidas		-1.176.337,97	-706.663,35
Outros Desembolsos Operacionais		-19.318.332,09	-23.188.674,04
Dispêndios Extraorçamentários		-295.501,04	-62.309,45
Transferências Financeiras Concedidas		-19.022.831,05	-23.126.364,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.255.932,94	-5.546.049,60
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-3.255.932,94	-5.546.049,60
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.222.833,14	-5.546.049,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-33.099,80	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	7.273.425,71	5.512.785,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		56.214.582,57	58.347.197,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		63.488.008,28	63.859.983,28

2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

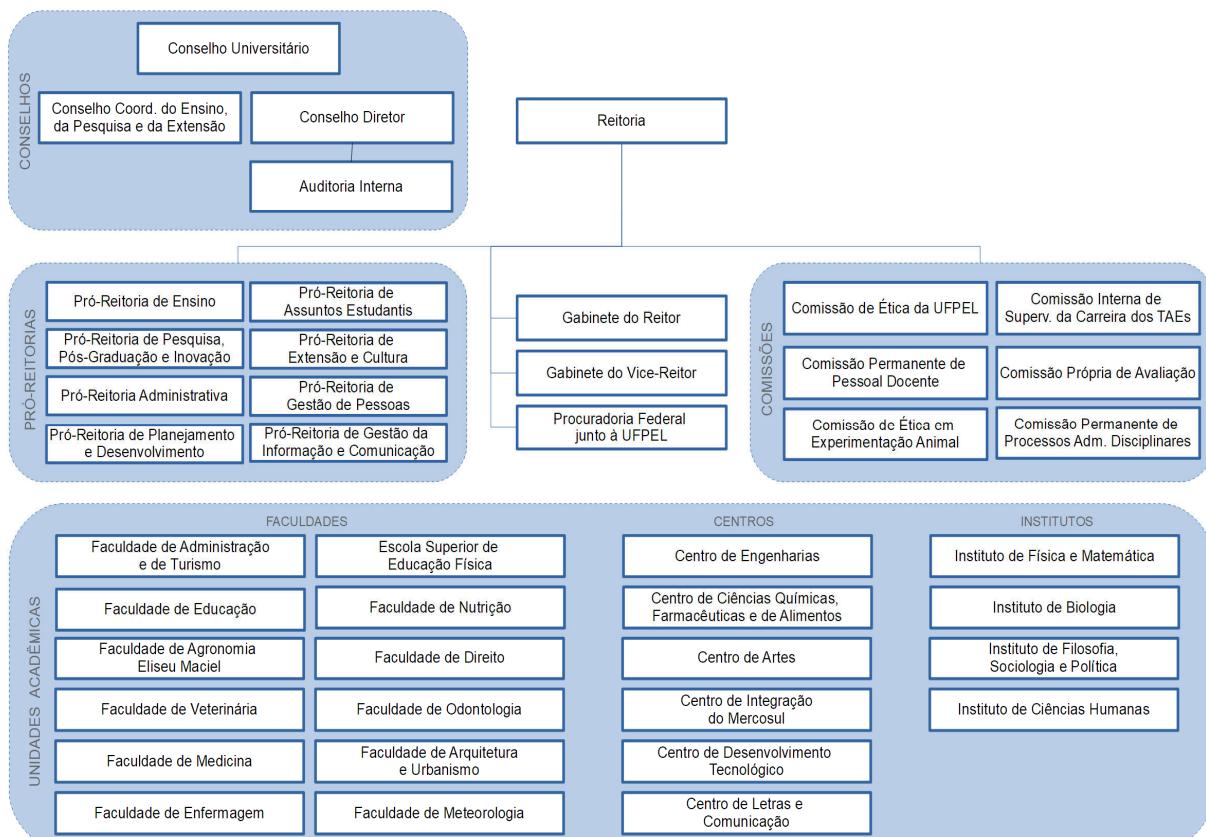
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPel criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamentos e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados e onde as atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional do Órgão.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <http://portal.ufpel.edu.br/organograma/>

2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acesão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é “Caixa e Equivalente de Caixa”. Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	Vinculação Pagamento	2º tri 2022	4º tri 2021	AH%
RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	279.850,72	279.850,72	0,00
	500 CUSTEIO E INVESTIMENTO	20.010,18	21.148,97	(5,38)
	Total	299.860,90	300.999,69	(0,38)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	-9 NAO SE APLICA	1.530,00	1.530,00	0,00
	Total	1.530,00	1.530,00	0,00
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-9 NAO SE APLICA	125.819,04	135.776,14	(7,33)
	Total	125.819,04	135.776,14	(7,33)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	310 PAGAMENTO PESSOAL	240.606,27		-
	350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS	1.530,56	1.530,56	0,00
	400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	1.791.269,23	833.769,83	114,84
	409 EMENDAS RESULTADO EOF - 9	898,00	14.151,60	(93,65)
	499 PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	73.896,70	75.504,71	(2,13)
	500 CUSTEIO E INVESTIMENTO	1.236,00	1.236,00	0,00

LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	510	FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1	11.247,03	1.251,72	798,53
	514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO - RESUL.PRIM=2	14.150,20	240,56	5.782,19
	987	DEVOLUCAO DE DESPESA	880,03		-
	990	PASSIVOS FINANCEIROS	195,34	195,34	0,00
	Total		2.135.909,36	927.880,32	130,19
	308	CONTRIBUICAO PREVIDENCIA FECHADA	105.672,90	111.541,05	(5,26)
	310	PAGAMENTO PESSOAL	58.109.456,57	52.200.666,73	11,32
	312	INSS - EPU CUSTEIO	28.655,60	28.655,60	0,00
	400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	6.486,34	-	-
	499	PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	260,64	-	-
	510	FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1	2.003.695,07	1.949.168,49	2,80
	514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO - RESUL.PRIM=2	670.661,86	558.364,55	20,11
	Total		60.924.888,98	54.848.396,42	11,08
			63.488.008,28	56.214.582,57	12,94

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Ao final do 2º trimestre de 2022 houve aumento no saldo do grupo de contas “Caixa e Equivalente de Caixa” de 12,94% em relação ao 4º trimestre de 2021. Essa variação positiva gerou impacto de aproximadamente R\$ 7,2 milhões, fato atribuído pelo aumento na conta “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento OFSS” cujo saldo apresentou elevação de 11,08% no período.

Com base na tabela 1, a conta contábil “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pgto. OFSS” representa 95,96% dos recursos financeiros que compõe o grupo “Caixa e Equivalente de Caixa”. Esse volume significativo de financeiro está vinculado, principalmente, ao recebimento de recursos para pagamento de folha de pessoal (vide vinculação de pagamento 310, 510 e 514) da competência de junho, como pode ser observado no passivo, sendo os valores pagos no próprio mês.

Contudo, devido à nova sistemática de emissão de ordens de pagamento (OP) implementadas em 2018, a efetivação do pagamento que corresponde a emissão de ordem bancária (OB) ocorre no dia posterior ao da ordem de pagamento (OP) da folha de pessoal, ou seja, a baixa do saldo do passivo com obrigações trabalhistas, bem como da conta de limite saque é registrada somente no mês subsequente a geração de OP em 01/07/2022.

Nota 02 – Estoques

Os estoques são ativos, podendo assumir várias formas e serem mantidos para determinados fins. No caso da UFPEL, os estoques estão na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo histórico. Neste sentido, os bens do almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

A UFPEL ao final do 2º trimestre de 2022 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 700 mil em itens de estoques. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo da conta Estoques:

Tabela 2 – Estoques – Composição - R\$

UG Executora	Conta Corrente	2º tri 2022	4º tri 2021	AH
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	GERENOS DE ALIMENTACAO	2.345,66	9.539,85	(75,41)
	MATERIAL QUIMICO	41.768,39	48.876,68	(14,54)
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	184.623,52	154.899,69	19,19
	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	5.139,05	6.936,41	(25,91)
	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.155,52	-	-
	MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.034,50	3.869,14	(21,57)
	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	315.764,57	232.886,45	35,59
	MATERIAL P/ MANUT DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	845,00	70,00	1.107,14
	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	12.554,73	9.982,93	25,76
	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	101.739,22	65.440,86	55,47

MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	1.156,00	1.009,50	14,51
MATERIAL HOSPITALAR	17.845,73	12.475,85	43,04
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	12.998,40	13.363,98	(2,74)
Total	700.970,29	559.351,34	25,32

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 2, o saldo contábil dos estoques variou positivamente 25,32% ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao final do 4º trimestre de 2021. Dentre os materiais de consumo que acarretaram na elevação nos saldos dos estoques, pode-se destacar os itens que compõe o “Material de Limpeza e Produtos de Higiene”, cujo aumento é de 35,59% no período.

Além dos materiais de limpeza e produtos de higiene, os materiais de proteção e segurança também apresentam elevação de saldo ao final do 2º trimestre de 2022, cerca de 55%, o que contribuiu para o crescimento de saldo do estoque.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Ao término do 2º trimestre de 2022 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 678 milhões relacionados a ativo imobilizado, desse total, 75,52% estão alocados em bens imóveis e 24,48% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	2º tri 2022	4º tri 2021	AH%
Bens Móveis	166.076.142,28	164.033.298,45	1,25
(+) Valor Bruto Contábil	180.211.996,93	178.169.153,10	1,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.135.854,65	-14.135.854,65	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	512.350.563,75	510.715.657,60	0,32
(+) Valor Bruto Contábil	513.872.710,32	518.050.676,69	-0,81
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.522.146,57	-7.335.019,09	-79,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	678.426.706,03	674.748.956,05	0,55

Fonte: SIAFI 2022.

Com base na tabela 3, houve aumento no saldo do imobilizado da ordem de 0,55%, o que representa um acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 3,6 milhões ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Esse aumento está associado, sobretudo, com aquisição de bens móveis, dado que esse grupo de ativos apresenta variação positiva de 1,25% (cerca de R\$ 2 milhões), enquanto que o saldo dos bens imóveis variou positivamente apenas 0,32% (cerca de R\$ 1,6 milhão) no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

Bens Móveis

O saldo dos bens móveis contabilizados no órgão no final do 2º trimestre de 2022 totaliza um valor bruto de aproximadamente R\$ 180 milhões, um acréscimo da ordem de 1,15% em relação ao 4º trimestre de 2021 e estão detalhados nas contas contábeis conforme tabela a seguir.

Tabela 4 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

BENS MÓVEIS	2º tri 2022	4º tri 2021	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	94.156.606,33	92.956.244,08	1,29
Bens de Informática	34.935.869,76	34.821.012,59	0,33
Móveis e Utensílios	20.686.314,97	20.559.980,95	0,61
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.064.464,08	14.015.295,11	0,35
Veículos	9.782.243,81	9.237.852,39	5,89
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	6.218.296,42	6.218.296,42	0,00
Armamentos	3.670,01	3.670,01	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	111.116,65	105.066,65	5,76
Demais Bens Móveis	251.564,90	249.884,90	0,67
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.135.854,65)	(14.135.854,65)	0,00
Total	166.076.142,28	164.033.298,45	1,25

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação a tabela 4, observa-se que a variação positiva de 1,25% no saldo líquido dos bens móveis ao final do 2º trimestre de 2022 é influenciada principalmente, pelas contas “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, cujo saldo apresentou acréscimo patrimonial de aproximadamente R\$ 1,2 milhão ao final de junho de 2022.

Ao verificar a elevação de 1,29% no saldo na contábil da conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, constata-se que a principal influência desse acréscimo são os itens que compõem equipamentos e utensílio médicos, odontológicos e hospitalar. Nestes itens, registra-se crescimento de cerca de R\$ 836 mil, bens que são oriundos tanto de aquisições diretas, quanto de recebimentos de fundações de apoio sob o regime de comodato.

No que tange a depreciação dos bens móveis, ainda segue praticamente sem variação no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pela UFPEL para registro dos bens móveis não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas têm o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso é reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determinou a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes.

Recentemente, em 11 de maio de 2022, o Ministério da Economia por meio da Portaria ME nº 4.378 definiu o prazo máximo de 1º de julho de 2023 para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias à sua implantação.

Bens Imóveis

O saldo líquido dos Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 30/06/2022 totalizaram aproximadamente R\$ 512 milhões e estão elencados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 5 - Bens Imóveis – Composição

BENS IMÓVEIS	2º tri 2022	4º tri 2021	R\$ AH%
Bens de Uso Especial	495.023.986,98	495.023.986,98	-
Bens Imóveis em Andamento	17.795.300,54	22.278.926,47	(20,12)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-	-
Instalações	1.053.422,80	747.763,24	40,88
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.522.146,57)	(7.335.019,09)	(79,25)
TOTAL	512.350.563,75	510.715.657,60	0,32

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 5, o saldo dos bens imóveis variou positivamente 0,32% ao final do 2º trimestre de 2022 em comparação ao 4º trimestre de 2021. Isso representou um impacto de aproximadamente R\$ 1,6 milhão ao final do 2º trimestre de 2022. Entre as contas de maior relevância neste grupo, destaca-se “Bens de Uso Especial” perfazendo um montante aproximado de R\$ 495 milhões, correspondendo a 96,62% do valor total dos bens imóveis registrados. Tal valor, refere-se a um total de 47 propriedades entre terrenos, prédios, museus, fazendas, e demais bens imóveis destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL.

No que concerne a conta “Bens Imóveis em Andamento”, cujo saldo corresponde as obras em andamento, projetos e instalações, seu valor representa 3,47% do saldo total dos bens imóveis ao término do 2º trimestre de 2022. Nesse período, a conta de “Bens Imóveis em Andamento” apresentou uma retração no seu saldo da ordem de 20,12% tendo como principal fator, a baixa de saldo contábil de cinco obras em andamento, que totalizam cerca de R\$ 5,4 milhões. Esse registro é proveniente da reavaliação de todos os imóveis ocorrida no exercício de 2017, que deveria ter considerada a informação dessas obras à época e que nesse 2º trimestre efetivou-se o lançamento de baixa de saldos das referidas obras, refletindo, desse modo, diretamente no Patrimônio Líquido através da conta de ajustes de exercícios anteriores.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

O órgão UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 30/06/2022.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o

valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 04 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCTP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2022, a UFPEL apresentou um saldo de R\$ 487.348,13 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente de softwares.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 6 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	CONTA CONTÁBIL	2° tri 2022	4° tri 2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	487.348,13	475.598,47	2,47
TOTAL		487.348,13	475.598,47	2,47

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

No intangível, destaca-se o item *Software* com Vida Útil Indefinida, que representa 100% do grupo, totalizando 48 *softwares* para diversas finalidades da instituição. Registra-se ao final do 2º trimestre 2022 aumento de 2,47% no saldo de *Software*, ocasionado pela aquisição de três sistemas totalizando R\$ 11,7 mil. Dentre os *softwares* registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, o qual representa 14,67% do total do grupo e tem como função, o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UFPEL deve avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do 2º trimestre de 2022.

Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 2º trimestre de 2022, a Universidade Federal de Pelotas apresentou um saldo aproximado de R\$ 6,2 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 69,20% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 30,80% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

			R\$
		2° tri 2022	4° tri 2021
			AH (%)
Circulante		1.939.589,37	1.274.604,83
Nacionais		1.939.589,37	1.274.384,84
Estrangeiros		-	219,99
Não Circulante		4.358.167,20	4.842.408,00
Nacionais		4.358.167,20	4.842.408,00
Estrangeiros		-	-
Total		6.297.756,57	6.117.012,83
			2,95

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

O saldo global dos fornecedores e contas a pagar apresenta elevação de 2,95% ao final do 2º trimestre de 2022. Esse aumento é influenciado, principalmente pelos fornecedores e contas a pagar de curto prazo, já que demonstraram variação positiva de 52,20% no período, sendo estas obrigações integralmente de fornecedores nacionais. Tal elevação, é oriunda da diminuição caixa e equivalente de caixa devido a morosidade nos recebimentos de repasses financeiros efetuados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, ocasionando acumulo de passivo. Cabe frisar, que não houve aumento de despesas que ocasionasse uma elevação de fornecedores a pagar, uma vez que, na Demonstração das Variações Patrimoniais verifica-se redução de 10,43% no saldo de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.

Já nos fornecedores de longo prazo (não circulante) houve redução de 10% no período devido a transferências de parcelas do longo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar ao final do 2º trimestre de 2022.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante - composição R\$ 1,00

Unidade Gestora	2º tri 2022	4º tri 2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	6.276.027,79	6.095.284,05	2,97
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	21.728,78	21.728,78	0,00
Total	6.297.756,57	6.117.012,83	2,95

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 8, a unidade gestora UFPEL é responsável por 99,65% do total a ser pago à terceiros, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 0,35% dos valores comprometidos com fornecedores e contas a pagar ao final do 2º trimestre de 2022.

Na UFPEL, há saldo de fornecedor de longo prazo referente a dívida junto a companhia de energia elétrica no montante aproximado de R\$ 4,3 milhões. Esse montante, corresponde a aproximadamente 69% do saldo de fornecedores a pagar. Já os fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão relacionados ao consumo de energia elétrica e com prestadores de serviços terceirizados, tais como vigilância, locações de imóveis, execução de reformas prediais, bem como limpeza e conservação.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao final do 2º trimestre de 2022.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	2º tri 2022	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	5.084.528,40	80,74
MW SEGURANCA LTDA	246.785,96	3,92
IBH CONSTRUCOES LTDA	157.204,84	2,50
ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA	126.357,79	2,01
DEMAIS	682.879,58	10,83
TOTAL	6.297.756,57	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores elencados na tabela 9, estes representam 89,16% do total das obrigações com terceiros a pagar, incluindo as obrigações de longo prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica no mês de março de 2021 e despesa referente a exercícios anteriores conforme termo de acordo de dívida assinado em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo de 126 parcelas a pagar;

(b) MW SEGURANCA LTDA - Valor devido ao fornecedor referente ao serviço de vigilância armada nos prédios da UFPEL prestados em abril de 2022; contrato 04/2021;

(c) IBH CONSTRUCOES LTDA - Valor devido ao fornecedor referente a obra de reforma do prédio de teatro e dança da UFPEL, contrato 19/2021;

(d) ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA - Valores devidos ao fornecedor referente ao aluguel do imóvel situado na rua Almirante Barroso, 1202, destinado ao funcionamento do Campus II da UFPEL, no mês de junho de 2022, contrato 44/2016.

Nota 06 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse sentido, ocorrem fatos contábeis que não pertencem ao exercício corrente, para estes há uma conta específica no grupo “Resultados Acumulados” para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade denominada “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Desse modo, a tabela 10 demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida do órgão.

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2021	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
-572.773,49	-11.233.162,00	6.991.885,84	-4.814.049,65

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 10, houve ajustes realizados a débito e a crédito até o término do 2º trimestre de 2022, resultando em uma redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 10,9 milhões. Como principal fator para esse decréscimo, destaca-se a baixa de saldo contábil de obras em andamento (cerca de R\$ 5,4 milhões), as quais já haviam sido concluídas e que não foram baixadas no processo de reavaliação geral dos imóveis da UFPEL em 2017, ocasionando desse modo, reflexo contábil na conta de ajustes de exercícios anteriores.

Nota 07 - Obrigações Contratuais

Ao final do 2º trimestre de 2022 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 112 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos que possam provocar alterações no patrimônio do órgão no exercício financeiro corrente e nos exercícios subsequentes. Destaca-se que do montante aproximado de R\$ 135 milhões relativos a obrigações contratuais, já houve execução de aproximadamente R\$ 23 milhões até o término do 2º trimestre de 2022.

A seguir, apresenta-se a tabela 11 segregando-se as obrigações contratuais a serem executadas de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição.

Obrigações Contratuais	2º tri 2022	4º tri 2021	(R\$) AH (%)
Aluguéis	4.196.310,72	6.182.317,46	-32,12
Fornecimento de Bens	1.833.916,19	2.649.430,52	-30,78
Seguros	17.273,10	16.220,24	6,49
Serviços	106.097.777,68	89.497.335,19	18,55
Total	112.145.277,69	98.345.303,41	14,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 11, as obrigações contratuais apresentaram elevação de 14,03% no 2º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Dessas obrigações, destacam-se aquelas relacionadas com Serviços, que representam 94,61% do total das obrigações contratuais assumidas pela UFPEL até o término do 2º trimestre de 2022.

Cumpre salientar, que a elevação de saldo das obrigações contratuais foi influenciada, principalmente, pelos aditamentos de contratos de serviços terceirizados de manutenção predial, limpeza, fornecimento de alimentação, bem como pela celebração de novo contrato de vigilância armada, os quais contribuíram para um acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 13,7 milhões em obrigações contratuais a serem executados neste exercício e nos subsequentes.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os valores a executar na data base de 30/06/2022.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante			(R\$)
	1º tri 2022	4º tri 2021	AH (%)
Unidade Gestora 154047 UFPEL	107.215.377,98	95.367.221,67	12,42
Unidade Gestora 154145 Hospital Escola	4.912.626,61	2.961.861,50	65,86
Total	112.128.004,59	98.329.083,17	14,03

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 12 constata-se que a unidade gestora UFPEL é responsável por 95,62% do total contratado, enquanto que o Hospital Escola, representa apenas 4,38% dos valores com contratos celebrados a serem executados.

Ademais, a unidade gestora UFPEL apresentou elevação de 12,42% ao fim do 2º trimestre de 2022 em comparação com 4º trimestre de 2021. Esse aumento de aproximadamente R\$ 11,8 milhões líquidos no período é atribuído, em especial, pelas obrigações contratuais relativas a serviços, que cresceram cerca de 16,93% no período, oriunda de aditamentos em contratos vigentes, tais como serviços de limpeza, manutenção predial, fornecimento de alimentação e formalização de novo contrato de vigilância armada.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os contratos mais significativos, bem como os saldos a serem executados na data base de 30/06/2022.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Por Contratado - Órgão.

	2º tri 2022	AV (%)	R\$
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	35.565.484,73	31,71	
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	15.101.731,51	13,47	
PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELLI	14.624.325,51	13,04	
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	6.482.225,04	5,78	
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	40.371.510,90	36,00	
	112.145.277,69	100,00	

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores contratados elencados na tabela 13, pode-se afirmar que esses contratos representam 64% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados. Isso corresponde a um montante de cerca de R\$ 71,7 milhões de obrigações contratuais que podem ser liquidadas pela UFPEL no ano corrente e nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 114 parcelas quitadas até a data de 30/06/2022;
- (b) Refeições Norte Sul Eireli – CNPJ 97.531.702/0001-33: Sétimo aditivo ao contrato 02/2018 e terceiro aditivo ao contrato 74/2019 referente a serviços de alimentação coletiva, vigências: 07/03/2022 a 06/03/2023 e 13/05/2022 a 25/10/2022 respectivamente;
- (c) Planservice Terceirização de Serviços Eirelli - CNPJ 04.970.088/0001-25: Décimo primeiro aditamento ao contrato 33/2018 referente contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial e de áreas externas, vigência: 22/03/2022 a 21/11/2023;
- (d) Marsou Engenharia Eireli – CNPJ 01.278.335/0001-39: Contrato 67/2019 referente ao serviço de obra de reforma e restauro do prédio Grande Hotel, vigência de 720 dias a partir da data de assinatura do contrato, que ocorreu em 23/10/2019.

Nota 08 – Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Requisições de Pequeno Valor são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito da UFPEL, consta um total de aproximadamente R\$ 18,2 milhões registrado em “**Precatórios**”, em que sua composição é 96,42% de curto prazo e 3,52% de longo prazo. Os Precatórios de Pessoal compõem 72,14% do total, enquanto que os precatórios com terceiros respondem por 27,86% do montante.

O registro dos precatórios de pessoal nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região. No caso da UFPEL, esse registro é efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A seguir, é apresentando a tabela 13 com a composição dos precatórios ao final do 2º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021.

Tabela 14 – Composição de Precatórios

PRECATÓRIOS	2º tri 2022	4º tri 2021	R\$ 1,00 AH %
Precatórios a Curto Prazo	17.633.337,03	15.647.329,84	12,69
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	12.456.873,92	9.470.776,42	31,53
PRECATÓRIOS DE PESSOAL CANCELADO - LEI 13.463/2017	292.733,17	264.626,42	10,62
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	4.715.391,22	5.759.751,32	-18,13
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS CANCELADO – LEI 13.463/2017	168.338,72	152.175,68	10,62
Precatórios a Longo Prazo	643.237,06	617.531,03	4,16
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - PAGAMENTO 2023	376.458,79	361.414,16	4,16
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - CANCELADOS LEI 13.463/2017	58.934,71	56.579,47	4,16
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS - PAGAMENTO 2023	207.843,56	199.537,40	4,16
Total	18.276.574,09	16.264.860,87	12,37

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 14, os saldos de precatórios apresentam aumento de 12,37% ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Essa elevação líquida de aproximadamente R\$ 2 milhões está associada, principalmente, pelo aumento de precatórios de pessoal de curto prazo, já que a variação positiva registrada é de 31,53% no período, o equivalente a R\$ 2,9 milhões.

3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 09 Receitas Correntes

Ao término do 2º trimestre de 2022 a UFPEL arrecadou aproximadamente R\$ 1,1 milhão em receitas próprias, isso corresponde a 29,53% a mais do que no mesmo trimestre de 2021. As principais arrecadações com receitas próprias auferidas pela UFPEL ao final do 2º trimestre de 2022 são exclusivamente de natureza

corrente, com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante apurado foi de aproximadamente R\$ 900 mil. A seguir é apresentada a tabela 14 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 15 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	291.413,00	86.349,09	29,63
Aluguéis e Arrendamentos	267.562,00	69.766,68	26,07
Remuneração de Depósitos Bancários	23.851,00	16.582,41	69,53
Receita Agropecuária	23.256,00	7.920,00	34,06
Receita Agropecuária	23.256,00	7.920,00	34,06
Receitas de Serviços	2.082.705,00	900.738,78	43,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	594.605,00	274.958,78	46,24
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.488.100,00	625.780,00	42,05
Serviços de Informação e Tecnologia	39.264,00	0	-
Demais Receitas de Serviço	-	0	-
Transferências Correntes	-	122.374,18	-
Outras Receitas Correntes	23.899,00	22.350,85	93,52
Multas e Juros Previstos em Contratos	23.899,00	8.813,97	36,88
Ineniz. Restituições, e Ressarcimentos	-	13.536,88	-
Alienação de Bens	149.290,00	0,00	-
Alienação de Bens Móveis e Semeoventes	149.290,00	-	-
Transferências de Capital	981.241,00	-	-
TOTAL	3.591.068,00	1.139.732,90	31,74

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 15, realizou-se 31,74% do total da receita prevista para o exercício de 2022. Nesse sentido, destaca-se as receitas correntes oriundas de “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos”, são as que representam maior arrecadação, com 54,91% do total arrecadado ao final do 2º trimestre de 2022. Tais receitas estão relacionadas com taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção.

Até o término do 2º trimestre de 2022 foram registradas 11.142 inscrições para os processos seletivos da UFPEL. Esse número é 161,45% superior ao registrado no mesmo trimestre de 2021, quando foram computadas 6.901 inscrições. Financeiramente, também houve um aumento significativo, registrando uma variação positiva de 69,72% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando registrou-se uma receita de R\$ 368.720,00.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza ao final do 2º trimestre de 2022:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 2º TRIMESTRE DE 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

No gráfico 1 pode ser observado a evolução entre a previsão e realização da receita até o 2º trimestre de 2022. Nesse contexto, até o término do semestre ainda não houve arrecadação em determinadas naturezas de receitas (frustração de receita). Dentre elas, destaca-se a natureza de receita denominada Transferências de Pessoas Físicas Para Órgão e Entidades da União, cujo montante previsto a ser arrecado no exercício de 2022 é de aproximadamente R\$ 981 mil e que até então, apresenta 100% de frustração de receita nessa natureza de receita específica.

A previsão de recebimento desse montante é baseada no produto da alienação de imóveis recebidos por doações de pessoas físicas e que dependem de tramitação judicial para que os valores ingressem no caixa da UFPEL. Cabe destacar, que tal montante (cerca de R\$ 981 mil) já foi previsto em exercícios anteriores e por depender de tramitação judicial para liberação dos valores, apresentou 100% de frustração de receita nos anos em que se incluiu na previsão de receita.

Nota 10 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário acumulado ao final do 2º trimestre de 2022 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 735,8 milhões. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas. Como são consideradas receitas apenas aquelas em que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, desconsiderando os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

Nota 11 – Despesas Orçamentárias

O valor apurado de despesas empenhadas até o término do 2º trimestre de 2022 foi de aproximadamente R\$ 736,9 milhões, isso corresponde a execução de 84,26% da dotação orçamentária atualizada do exercício de 2022. Desse montante empenhado, 99,90% está alocado no grupo de despesas correntes, enquanto que apenas 0,10% está empenhado em despesa de capital.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas até o 2º trimestre de 2022:

Tabela 16 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupos (R\$)			
GRUPO DE DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução%
Pessoal e Encargos Sociais	771.752.966,00	639.021.717,52	82,80
Outras Despesas Correntes	98.532.152,00	97.220.794,54	98,67
Investimentos	4.309.461,00	726.809,18	16,87
Total	874.594.579,00	736.969.321,24	84,26

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 16, constata-se que 88,24% do total da dotação orçamentária atualizada pertence a pessoal e encargos sociais. Ademais, essa natureza da despesa representa 86,71% do total dos recursos empenhados, enquanto que 13,19% estão destinados a outras despesas correntes e apenas 0,10% do total empenhado está alocado em investimentos.

Dentre as três dotações, destaca-se a denominada Outras Despesas Correntes, utilizada para manutenção e custeio das atividades da universidade, na qual já se executou 98,67% da dotação disponibilizada para o exercício de 2022. No tocante ao grupo de pessoal e encargos sociais, a execução é de 86,71% do saldo da dotação orçamentária atualizada até o término do 2º trimestre de 2022. Já no grupo de investimentos, a execução efetuada até término do 2º trimestre de 2022 é de apenas 16,87% da dotação atualizada para o exercício.

Na tabela a seguir é demonstrada as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância no 2º trimestre de 2022:

Tabela 17 – Desp. Empenhadas na Categ. de Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa composição R\$ 1,00

DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESAS EMPENHADAS		
	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	321.072.912,88	314.304.322,03	2,15
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	201.927.681,73	122.545.198,13	64,78
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	83.765.649,60	82.572.522,30	1,44
PENSOES	19.739.234,76	19.903.853,49	(0,83)
SENTENCAS JUDICIAIS	6.124.375,46	6.941.010,38	(11,77)
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	5.049.269,05	5.395.556,41	(6,42)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	725.000,00	600.000,00	20,83
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	362.000,00	252.000,00	43,65
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	255.594,04	134.163,17	90,51
TOTAL	639.021.717,52	552.648.625,91	15,63

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 17, observa-se que as despesas empenhadas com a categoria de pessoal e encargos sociais aumentou em 15,63% no período em relação ao mesmo trimestre de 2021. Dentre as naturezas de despesa elencadas que contribuiu para esse aumento, destaca-se “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas”. Essa rubrica apresenta elevação de 64,78% (cerca de R\$ 79 milhões) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Tal acréscimo, tem influência principal no aumento de despesa empenhadas com o subelemento de proventos, que no 2º trimestre de 2022 atingiu R\$ 156 milhões enquanto que no mesmo trimestre de 2021 o montante registrado é de R\$ 90 milhões.

No que concerne à natureza de despesa associada a Vencimentos e Vantagens Fixas, houve elevação de 2,15% nas despesas empenhadas até o término do 2º trimestre de 2022 em relação ao 2º trimestre do exercício anterior. Esse aumento é influenciado principalmente pela rubrica de 13º salário, que no 2º trimestre de 2021 foi registrado R\$ 13 milhões empenhados, enquanto que no 2º trimestre de 2022 esse montante é de R\$ 23,9 milhões.

No grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, registra-se variação positiva de 45,51% no valor de despesas empenhadas ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Nesse sentido, destaca-se que já se empenhou 98,67% da dotação orçamentária consignada na LOA de 2022.

A seguir é apresentado à tabela 17 com as naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 18 – Outras Despesas Correntes Empenhadas composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	24.450.456,78	20.469.137,90	19,45
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17.188.289,91	6.046.703,91	184,26
AUXILIO-ALIMENTACAO	11.502.857,70	12.651.795,20	(9,08)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.609.181,14	6.163.982,74	23,45
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.452.143,64	7.918.205,50	(5,89)
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	7.292.415,96	3.239.398,25	125,12
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	6.377.974,60	4.707.301,67	35,49
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.411.745,98	259.251,30	1.987,45
MATERIAL DE CONSUMO	3.137.820,72	1.294.101,05	142,47
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.226.000,00	441.565,04	404,12
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.571.908,11	3.622.367,08	26,21
TOTAL	97.220.794,54	66.813.809,64	45,51

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Na tabela 18, destaca-se o valor empenhado com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica perfazendo montante de aproximadamente R\$ 17,1 milhões, valor 184,26% superior ao contabilizado no término do 2º trimestre de 2021. Desse montante, cerca de R\$ 8,2 milhões estão empenhados para atender despesa com fornecimento de alimentação.

Salienta-se também, as despesas empenhadas na natureza de despesa “Locação de Mão de Obra”, que englobam os serviços terceirizados (vigilância, portaria, limpeza, etc.) cujo aumento é de 19,45% ao final do 2º trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Nessa natureza de despesa 50,40% do valor empenhado está alocado com despesa de apoio administrativo, técnico e operacional, enquanto que 49,60% estão distribuídos em serviço de limpeza, conservação, bem como despesas com vigilância ostensiva.

A seguir, é apresentado gráfico com a distribuição das principais naturezas de despesas empenhadas até o término do 2º trimestre de 2022 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Movimentações Orçamentárias

Na tabela 19 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL ao final do 2º trimestre de 2022, que além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também são executados créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como são demonstrados os repasses efetuados a outros órgãos através das descentralizações concedidas.

Tabela 19 – Movimentação Orçamentária

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	2º trimestre 2022								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
INST. NACIONAL DE COLONIZ. E REFORMA AGRARIA	Outras Despesas Correntes			342.077,69		342.077,69	342.077,69			0,00
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	Outras Despesas Correntes			35.863,55						35.863,55
	Investimentos			158.317,57						158.317,57
FUNDACAO ESCOLA DE ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	Outras Despesas Correntes			1.500,20		1.500,20	1.500,20			0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			9.332.814,87		9.238.143,89	4.688.355,42	4.110.957,06		94.670,98
	Investimentos			624.050,00						624.050,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Outras Despesas Correntes			6.903,73		6.903,73	6.903,73	4.683,90		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Outras Despesas Correntes			2.457,30		2.457,30	2.457,30			0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Outras Despesas Correntes			13.324,08		13.324,08	7.890,73	382,25		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	716.728.388,00	731.667.400,00		10.286.276,00	605.605.175,06	346.280.384,85	290.335.228,06	0,00	115.775.948,94
	Outras Despesas Correntes	105.207.160,00	96.584.813,00	281.518,91	901.258,25	84.983.192,84	43.293.709,91	40.245.273,51	122.359,00	10.859.521,82
	Investimentos	5.149.719,00	4.309.461,00			726.809,18	644.024,61	644.024,61	622.359,00	2.960.292,82
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Outras Despesas Correntes			1.433.956,00		291.002,57	122.694,42	100.589,46		1.142.953,43
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	40.085.566,00	40.085.566,00			33.416.542,46	17.756.531,34	15.486.558,66		6.669.023,54
	Outras Despesas Correntes	1.947.339,00	1.947.339,00			1.752.734,80	813.804,77	681.104,03		194.604,20
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			93.989,64		89.457,44	30.722,47	30.461,83		4.532,20
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Outras Despesas Correntes			500.000,00		500.000,00	56.246,57			0,00
Total		869.118.172,00	874.594.579,00	12.826.773,54	11.187.534,25	736.969.321,24	414.047.304,01	351.639.263,37	744.718,00	138.519.779,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.



Observa-se na tabela 19 que a dotação orçamentária inicial passou por atualização de R\$ 869 milhões para R\$ 874 milhões, acréscimo de 0,63%. Embora registre-se o crescimento na dotação orçamentária, esse aumento refletiu somente no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, já os grupos de despesa “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” constata-se retração de 8,19% e 16,32% respectivamente.

No que tange as descentralizações recebidas, essas são superiores as descentralizações concedidas. Em suma, do montante aproximado de R\$ 12,8 milhões referente as descentralizações de créditos recebidas, 68,22% são destinadas ao Hospital Escola da UFPEL, oriundas de destaques efetuados pelo MEC. Tal montante, é utilizado para empenhamento de despesas com bolsas de residência médica dos estudantes que atuam no Hospital Escola da UFPEL.

No que concerne ao montante aproximado de R\$ 11,8 milhões em créditos orçamentário concedido, 97,26% desses valores são destaques concedidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região para pagamentos de precatórios.

Ao término do 2º trimestre de 2022 verifica-se cerca de R\$ 744 mil em créditos orçamentários bloqueados, dos quais 83,57% são do grupo de despesa de investimentos e 16,43% pertencem ao de Outras Despesas Correntes. Tais créditos são oriundos de emendas individuais de parlamentares e tiveram seus saldos bloqueados em junho de 2022 em razão da Portaria SETO/ME nº 5.696 de 24 de junho de 2022, que remanejou dotações referentes a Emendas Individuais, no âmbito de diversos Órgãos do Poder Executivo, observando a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, bem como a dotação atualizada (LOA + Créditos).

Nota 12 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não passaram ao estágio de pagamento da despesa.

Neste contexto, a Universidade Federal de Pelotas em 2022 registra um montante aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar, sendo que 75,76% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 24,24% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

A seguir são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2º trimestre 2022						
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.807.078,32	819.654,22	282.305,45	418.922,47	2.505.217,74	2.502.392,90	420.286,88
	INVESTIMENTOS	1.908.242,43	10.753.570,39	26.166,36	9.204.129,10	2.086.280,75	1.878.526,67	1.345.236,61
	Total	4.715.320,75	11.573.224,61	308.471,81	9.623.051,57	4.591.498,49	4.380.919,57	1.765.523,49
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.456,26	2.024.365,14		2.029.694,58	1.126,82	1.126,82	
	INVESTIMENTOS		27.278,91		27.278,91			
	Total	6.456,26	2.051.644,05		2.056.973,49	1.126,82	1.126,82	
Total		4.721.777,01	13.624.868,66	308.471,81	11.680.025,06	4.592.625,31	4.382.046,39	1.765.523,49

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 20, observa-se o saldo de empenhos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar Não Processados é de R\$ 18,3 milhões, saldo que é 46,62% menor do que o registrado no exercício anterior. Nesse sentido, do total de RP Não Processados do exercício de 2022, constata-se que 88,78% pertence à unidade gestora da UFPEL enquanto que apenas 11,22% pertencem ao Hospital Escola. Até o término do 2º trimestre de 2022 já foram liquidados cerca de 25,03% do saldo de empenhos em Restos a Pagar Não Processados.

Quanto ao grupo de despesas em que os saldos estão alocados, observa-se que há maior concentração no grupo de despesas “Investimentos”. Isso representa um saldo de Restos a Pagar Não Processados de aproximadamente R\$ 12,6 milhões, representando a 69,16% do saldo total do órgão com RAP's Não Processados. Destaca-se, que do montante de RAP's a liquidar do grupo de despesa “Investimentos”, aproximadamente R\$ 9 milhões estão concentrados na natureza de despesa de “Obras em Andamento” e cerca de R\$ 106 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

Na sequência, é demonstrado a tabela 21 com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar Processados, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 21 – Restos a Pagar Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2º trimestre 2022				
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.849.309,14			49.849.309,14	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.343.480,50	66.000,03		2.843.498,90	565.981,63
	INVESTIMENTOS	973.381,66	7.310,75		973.381,66	7.310,75
	Total	54.166.171,30	73.310,78		53.666.189,70	573.292,38
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.462.898,64			2.462.898,64	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	607.909,31	21.728,78	20.936,78	607.909,31	792,00
	Total	3.070.807,95	21.728,78	20.936,78	3.070.807,95	792,00
Total		57.236.979,25	95.039,56	20.936,78	56.736.997,65	574.084,38

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os saldos de empenhos inscritos em RAP's Processados perfazem um montante de aproximadamente R\$ 57,3 milhões, saldo que é 7,87% maior do que registrado em 2021. Nesse contexto, destaca-se a participação maior do saldo de Restos a Pagar Processados do que os Restos a Pagar Não Processados no montante geral devido ao saldo inscrito relacionado ao grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”.

Isso ocorre, por conta de uma alteração na rotina de emissão de ordens bancárias no início de 2019. Essa modificação sistêmica, acaba ocasionando morosidade no registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Desse modo, mesmo com a folha de pessoal da competência de dezembro paga no próprio mês, o atraso sistêmico em registrar o fato contábil acarreta em inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”, o que reflete também, no saldo contábil de caixa e equivalente de caixa no Balanço Patrimonial. Logo, o saldo foi baixado integralmente pelo registro do pagamento somente em janeiro de 2022, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.

No que tange ao saldo na condição de Restos a Pagar Processados a Pagar, destaca-se o grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” na unidade executora UFPEL, que registra um montante aproximado de R\$ 565 mil. Grande parte dessa quantia (R\$ 500 mil) está comprometida com despesa relacionadas a transferências voluntárias, especificamente com convênios sob números 836747/2016 e 882602/2019 firmado junto a Fundação Delfim Mendes Silveira, para executar o curso de Graduação em Medicina Veterinária para beneficiários da reforma agrária, com recursos oriundos do INCRA.

A seguir é apresentada a tabela 20, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão do empenho.

Tabela 22 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho composição R\$ 1,00

Ano Emissão Empenho	2º trimestre 2022			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2008	1.137,86			1.137,86
2009	18.743,65			18.743,65
2010	17.817,04			17.817,04
2011	239,90			239,90
2013	33.837,68			33.837,68
2014	574,50			574,50
2015	323,40			323,40
2016	792,00			792,00
2018	627,63			627,63
2019	9.725.421,50	20.936,78	1.078.655,41	8.625.829,31
2020	5.718.797,32	281.046,06	1.925.509,94	3.512.241,32
2021	60.160.352,00	27.425,75	58.114.878,69	2.018.047,56
Total	75.678.664,48	329.408,59	61.119.044,04	14.230.211,85

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 20, podemos afirmar que do saldo aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados), cerca de R\$ 61 milhões já foram pagos, com destaque para os NE inscritos no ano de emissão de 2021, que ao final do 2º trimestre de 2022 foram quitados mais de R\$ 58 milhões inscritos em RAP's.

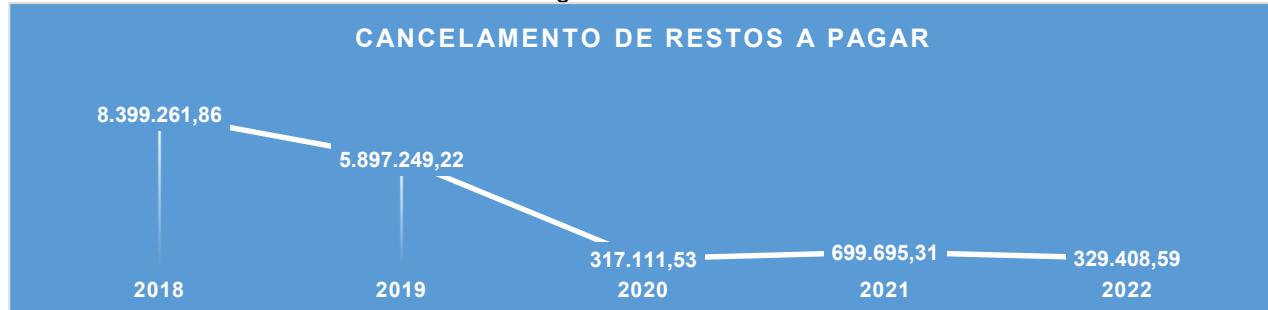
No entanto, 60,61% do saldo total de R\$ 14,2 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição “a pagar”, referem-se a empenhos emitidos em 2019. Cabe destacar, que praticamente todo esse saldo são oriundos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, já que o saldo de Restos a Pagar Processados a pagar corresponde apenas R\$ 574 mil.

No que tange aos empenhos emitidos em 2008 a 2013, constata-se valores inscritos em Restos a Pagar Processados a Pagar, ainda pendentes de pagamento devido à ocorrência de processos judiciais. Alguns destes valores pendentes de quitação estão distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 30.387,50 para empresa Cisplatur Viagens e Turismo Ltda. processo judicial nº 5003470-92.2012.404.7110/RS;
- R\$ 7.310,75 para empresa Hana Engenharia Ltda. processo judicial nº 5001773-02.2013.404.7110/RS;
- R\$ 33.837,68 para Canguru Plásticos Ltda. processo judicial nº 5004054-28.2013.4.04.7110/RS;

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, o órgão vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. No gráfico 3 é apresentado a evolução de cancelamento dos saldos de empenhos inscritos em Restos a Pagar:

Gráfico 3 – Cancelamento de Restos a Pagar – valores em R\$



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com o gráfico 03, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de Restos a Pagar, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões e excetuando-se o exercício de 2021, os cancelamentos não foram superiores a R\$ 350 mil. Tal redução significativa no cancelamento de Restos a Pagar teve como principal razão, a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em 2020, com base no art. 68 do Decreto 93.872/1986 os saldos de empenhos emitidos em 2018 inscritos em Restos a Pagar foram bloqueados em 30 de junho de 2020. Ao término do exercício de 2020, cerca de R\$ 317 mil de saldo de empenhos inscritos RAP's foram cancelados.

Em 30/06/2022 os empenhos emitidos em 2020 inscritos e restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, correspondendo a cerca de R\$ 1,7 milhão. Contudo, em virtude de alguns empenhos de restos a pagar enquadrarem-se nos § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986, cerca de R\$ 1,2 milhões foram desbloqueados. Desse montante, cerca de R\$ 1,1 milhão é referente a investimentos com obras e instalações. Assim, com o desbloqueio dos saldos inscritos em restos a pagar, sua execução pode ser efetuada até o término do exercício seguinte, ou seja, até 31/12/2023.

3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 13 - Ingressos

A seguir, a tabela 23 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 23 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

Categoria Econômica	Fonte Recursos	Origem Receita	Espécie Receita	2º trimestre 2022		
				RECEITA ORÇAMENT (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENT (LIQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	DOAC.PESSOAS FÍSICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	43.581,50		43.581,50
	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	95,00		95,00
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	69.766,68		69.766,68
		RECEITA AGROPECUARIA				
		RECEITA AGROPECUARIA		7.920,00		7.920,00
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	920.118,78	(19.380,00)	900.738,78
		OUTROS SERVICOS				
	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS			
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	8.813,97		8.813,97
	REC.VINC.A APPLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	10.627,07	(1.148,22)	9.478,85
	REC.VINC.A APPLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	2.004,71		2.004,71

	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	78.792,68		78.792,68
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	1.266,70		1.266,70
	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	VALORES MOBILIARIOS	16.582,41		16.582,41
Total				1.160.261,12	(20.528,22)	1.139.732,90

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

As receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão são denominadas “receitas próprias”, ou seja, não consideram as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias. Essas, são mais bem evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”.

Nesse contexto, registra-se acréscimo de 29,53% no ingresso da receita orçamentária líquida até o término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. Quanto à destinação dessas receitas arrecadadas, pode-se afirmar que são integralmente vinculadas, isto é, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. Já a fonte de recurso de recursos próprio de livre aplicação desponta das demais, representando 87,45% da fonte de recurso originária da receita orçamentária.

Dentre as receitas arrecadadas, pode-se destacar a receita da espécie “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que apresentou acréscimo de 27,75% ao fim do 2º trimestre em relação ao mesmo trimestre de 2021. Essas receitas, além de abarcar os ingressos financeiros oriundos de serviços administrativos e comerciais gerais, tem como principal espécie de receita, a arrecadação com taxas de inscrição em concurso e processos seletivos, que estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes” já mencionados anteriormente.

No que tange as transferências financeiras recebidas, essas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, a tabela 24 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 24 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	2º trimestre 2022				
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	Total
NAO SE APLICA				170.046,42	170.046,42
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	285.308.548,65	18.582.049,42	4.966.422,34		308.857.020,41
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE					
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO					
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.557.029,34		169.443,60		1.726.472,94
TITULOS DE RESPONSAB.DO TN-OUTRAS APPLICACOES			1.141.068,55		1.141.068,55
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO		9.775,82			9.775,82
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL					
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	93.989,64				93.989,64
CONTR.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB					
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	122.250.650,98	134.366,12			122.385.017,10
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS					
REC.VINC.A APPLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	3.131.326,08				3.131.326,08
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APPLICACAO			167.962,35		167.962,35
Total	412.341.544,69	18.726.191,36	6.444.896,84	170.046,42	437.682.679,31

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os saldos de valores recebidos por transferências financeiras ao final do 2º trimestre de 2022 apresentam variação positiva de 1,48% em relação ao mesmo período do exercício anterior, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente R\$ 6,3 milhões. Esse grupo de contas representa a principal entrada financeira da UFPEL, isso corresponde a cerca de 49,69% do total de ingressos monetários do Órgão contabilizados ao final do 2º trimestre de 2022.

Destaca-se a diminuição de transferências financeiras referente aos repasses de valores para pagamento de Restos a Pagar, cuja redução é de 50,82%. Essa retração de aproximadamente R\$ 6,6 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2021 é atribuída, em especial, pela diminuição de liquidações de restos a pagar no período, dado que o valor liquidado no 2º trimestre de 2022 é de aproximadamente R\$ 4,5 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2021 esse valor é de R\$ 14,9 milhões, o que pode ser observado no Balanço Orçamentário, em Restos a Pagar Não Processados.

Em relação a destinação da receita orçamentária recebida por transferências, 70,56% desse montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e aplicação dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica.

Os recursos extraorçamentários levam em considerações a inscrição dos restos a pagar. Esses, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Logo, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados e créditos orçamentários liquidados a pagar

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 25 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar composição R\$ 1,00

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	Grupo Despesa	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.215.129,47	57.111.428,12	1,93
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.192.911,17	5.814.391,52	-27,89
	INVESTIMENTOS	0,00	12.073,11	-100,00
	Total	62.408.040,64	62.937.892,75	(0,84)
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	274.985.681,36	195.314.498,84	40,79
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.854.431,33	24.719.187,22	93,59
	INVESTIMENTOS	82.784,57	269.162,35	-69,24
	Total	322.922.897,26	220.302.848,41	46,58
Total		385.330.937,90	283.240.741,16	36,04

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Na tabela 25 observa-se uma variação positiva de 36,04% até o término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, ou seja, apresenta uma elevação na inscrição Restos a Pagar de aproximadamente R\$ 102 milhões. Desse montante, 83,80% do total dos recebimentos extraorçamentários estão relacionados com a inscrição de RP Não Processados, em especial, os créditos destinados a atender despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, cujo saldo apresenta aumento de 40,79%.

No que concerne a Inscrição de RP Processados, esse registra retração de 0,84%. Tal diminuição pode ser atribuída ao valor correspondente a “outras despesas correntes”, que apresenta retração de 27,89% ao final do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Isso está associado, principalmente, aos créditos empenhados liquidados a pagar com auxílio financeiro a estudantes, bem como para locação de mão de obra (serviços terceirizados), que apresentaram redução de R\$ 709 mil e R\$ 888 mil respectivamente.

Nota 14 – Dispêndios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:



Tabela 26– Despesas orçamentárias composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	Ação Governo	DESPESAS EMPENHADAS		
		2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	0487 CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	291.002,57		-
	0536 BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	435.528,00		-
	09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	82.423.536,84	74.513.437,99	10,62
	2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	7.583.560,30		-
	20GK FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.542.187,44	794.591,47	94,09
	20RK FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	47.812.130,47	29.130.842,06	64,13
	20TP ATIVOS CIVIS DA UNIAO	333.003.369,16	296.783.570,02	12,20
	20U9 DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	1.500,20		-
	212B BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	15.951.596,40	13.886.485,54	14,87
	216H AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	20.000,00		-
	219H OPERACAO E MANUTENCAO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DO CANAL SAO G	500.000,00		-
	4002 ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	11.235.636,96	10.025.452,91	12,07
	4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	37.568,83	24.428,73	53,79
	8282 REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	2.390.645,00	767.338,32	211,55
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	00P1 APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	1.557.029,34	3.887.277,92	(59,95)
	20RJ APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	487.243,02		-
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	00PW CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	62.337,00	50.484,68	23,48
	20RK FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	381.431,53	73.497,83	418,97
	20VF FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		4.000,00	(100,00)
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0181 APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO		86.048.316,49	(100,00)
	0536 BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA		432.324,00	(100,00)
	09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O		6.717.802,14	(100,00)
	2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR		6.162.281,90	(100,00)
	20TP ATIVOS CIVIS DA UNIAO		30.220.196,93	(100,00)
	212B BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI		1.269.238,60	(100,00)
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	219A PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	89.457,44	6.444,68	1.288,08
	21CE IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE		625.000,00	(100,00)
	8585 ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A		146.829,23	(100,00)
CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	0181 APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO		36.583.830,79	(100,00)
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0181 APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	223.594.811,52	21.781.471,55	926,54
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	210T PROMOCAO DA EDUCACAO DO CAMPO	342.077,69		-
RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	20RK FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		6.000,00	(100,00)

REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	7.193.871,53		-
DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS- GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	32.800,00		-
TOTAL			736.969.321,24	619.941.143,78	18,88

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

De acordo com a tabela 26, as despesas orçamentárias apresentam variação positiva de 18,88%, influenciadas principalmente, pelos recursos ordinários (Recursos Primários de Livre Aplicação), cujo aumento ao final do 2º trimestre de 2022 é de 18,88% em relação ao mesmo trimestre de 2021. No mesmo sentido, o montante das despesas vinculadas registra elevação de 18,15% no referido período, influenciadas sobretudo, pelos dispêndios com a Previdência Social do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

As despesas orçamentárias empenhadas com recursos ordinários, ou seja, aquelas de livre aplicação, têm como principal ação de governo os ativos civis da união, que correspondem a 45,18% do total das despesas orçamentárias ao final 2º trimestre de 2022. Nesta ação de governo específica, a rubrica de maior relevância é de vencimentos e vantagens fixas de pessoal, que apresenta uma elevação de 12,64% no 2º trimestre de 2022 comparado com mesmo período de 2021, ou seja, um aumento da ordem de R\$ 36 milhões.

No que tange a ação de governo relacionadas com as “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, com recursos vinculados, destaca-se a elevação de aproximadamente R\$ 201 milhões (aumento de 926,54%) no período, financiada integralmente com os recursos da contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público no exercício de 2022. Cabe destacar, que a remuneração dos aposentados, que no ano anterior era financiada com recursos livres da seguridade social, passa a ser pago com a fonte de recursos da contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público no exercício de 2022.

Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas representaram 2,16% do dispêndio da UFPEL e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras da UFPEL e Hospital Escola. Esses sub-repasses efetuados entre a UFPEL e o HE, em geral, têm a finalidade de propiciar o pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente é sub-repassado ao Hospital Escola. Nesse sentido, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como podemos observar no Balanço Financeiro, cujo valor de R\$ 18.726.191,36 é o mesmo para as contas “Sub-repasse Concedido” e Sub-repasse Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem aqueles pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 6,97% do total do desembolso financeiro do órgão ao final do 2º trimestre de 2022.

No que tange ao pagamento de Restos a Pagar Processados, destaca-se a importância de aproximadamente R\$ 56 milhões pagas até o final do 2º trimestre de 2022, montante que é 7,61% superior ao do mesmo trimestre de 2021. Tal valor, em grande parte, está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Isso ocorre devido alteração na rotina de emissão de ordens bancárias estabelecida no fim de 2018. Em vista disso, o registo do pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro de 2021 é refletido em janeiro de 2022.

Nos desembolsos relacionados ao Restos a Pagar Não Processados, observa-se redução de 70,14% ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Isso é atribuído, em geral, a uma menor liquidação desses empenhos, como já observado no Balanço Orçamentário. Desse modo, a redução de aproximadamente R\$ 10,2 milhões nas liquidações de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados contribuiu para diminuição do saldo de desembolsos com pagamentos extraorçamentários.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro ao final do 2º trimestre de 2022 foi superavitário em R\$ 7.273.425,71. No entanto, este resultado não deve ser entendido como superávit financeiro do período, pois esta apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas ao término do 2º trimestre de 2022 totalizaram um montante aproximado de R\$ 455 milhões, valor 5,19% inferior ao apurado no mesmo período do ano anterior. Essa diminuição é atribuída, principalmente pelo ganho com ativos e desincorporação de passivos, que no período apresenta uma retração de 71,21% ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021.

Nesse sentido, a desincorporação de passivo supracitada está relacionada com a finalização de prestações de contas de Termos de Execuções Descentralizadas (TED). Pode-se destacar o TED firmado junto ao Fundo Nacional da Saúde em 2013, pelo montante aproximado de R\$ 12,5 milhões, cuja prestação de contas foi concluída em janeiro de 2021. Esse instrumento tinha como objetivo o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, por meio da educação e formação em saúde, além de fomentar o desenvolvimento de metodologias e tecnologias educacionais. Considerando que o montante de R\$ 12,5 milhões estava registrado no balanço patrimonial no passivo em “Demais Obrigações a Curto Prazo”, ao baixar o valor pela comprovação da aplicação do recurso ocasionou um registro de VPA de ganho com desincorporação de passivos. Assim, com um volume menor de conclusões de prestação de contas de TED no 2º trimestre de 2022 em relação à 2021, ocasionou diminuição de 72,96% (cerca de R\$ 32,7 milhões) no saldo de ganho com ativos e desincorporação de passivos.

Dentre o grupo de contas contábeis que compõe a VPA, pode-se destacar “Transferências e Delegações Recebidas”, que perfaz um saldo aproximado de R\$ 441,2 milhões, isso corresponde a um acréscimo de 1,83% em relação ao mesmo trimestre de 2021. Neste grupo são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses dos órgãos do MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo contabilmente na conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial, viabilizando, dessa forma, os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias da UFPEL no decorrer do exercício.

Também pode-se salientar neste grupo de contas, as “Transferências Intragovernamentais”, que são oriundas de repasses e sub-repasses recebidos para execução da despesa orçamentária. A seguir é apresentada a tabela com a composição desse grupo de contas por unidade gestora:

Unidade Gestora Executora	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	407.653.189,27	392.706.188,05	3,81
UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	23.414.546,78	24.480.650,34	4,35
Total	431.067.736,05	417.186.838,39	3,33

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 27, a maior parte das Transferências Intragovernamentais concentra-se na unidade gestora da UFPEL, representando 94,57% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola representa apenas 5,43% ao fim do 2º trimestre de 2022. Tais transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são segregados em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias da UFPEL.

Enquanto que unidade gestora Hospital Escola apresenta diminuição de 4,35% de recebimento de Transferências Intragovernamentais, a unidade UFPEL registra aumento de 3,8% ao término do 2º trimestre de 2022. Essa elevação no saldo de recebimentos da UFPEL é atribuída principalmente, pelos recebimentos de recursos financeiro em fonte primária de livre de aplicação, cujo aumento é de 14,93% no período, dado que o saldo registrado na referida fonte no 2º trimestre de 2022 é cerca de R\$ 280,7 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2021 o saldo é de aproximadamente R\$ 244,2 milhões.

Na tabela 28 é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 28 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
REPASSE RECEBIDO	412.341.544,69	396.664.174,14	3,95
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.726.191,36	20.522.664,25	(8,75)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	6.444.896,84	13.104.172,72	(50,82)
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	9.880,00	(100,00)
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	170.046,42	1.006.575,78	(83,11)
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	78.792,68	-	-
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRAT.	43.581,50	16.400,00	165,74
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.471.827,76	2.034.093,86	70,68
Total	441.276.881,25	433.357.960,75	1,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação à tabela 28, a conta “Repasse Recebido” é a principal conta no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas”, representando 93,44% dos valores recebidos. A maior parte deste montante corresponde a recursos financeiros oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC. Esses, por sua vez, impactam a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial de modo a fazer frente ao pagamento de despesas discricionárias e obrigatórias da UFPEL.

Ao Final do 2º trimestre de 2022, o saldo de Repasses Recebidos apresentou aumento de 3,95% em relação ao mesmo trimestre de 2021, gerando variação positiva de cerca de R\$ 15,6 milhões. Por outro lado, o grupo de contas “Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar” é observado retração de 50,82% em relação ao mesmo período do ano anterior. Acerca disso, pode-se atribuir a diminuição de empenhos inscritos em restos a apagar não processados a liquidar, cujo saldo liquidado ao final do 2º trimestre de 2022 foi cerca de R\$ 10,3 milhões menor que o mesmo trimestre de 2021. Logo, uma menor liquidação desses empenhos inscritos em restos a pagar, enseja menor repasse financeiro para quitação desses passivos.

No que tange o grupo de contas “Doação/Transferências Recebidas” houve variação positiva de 70,68% ao final do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação ocorreu devido ao volume de transferências de bens recebidos na unidade do Hospital Escola, os quais estavam registrados na unidade da UFPEL e que ao corrigir a situação dos bens móveis no sistema patrimonial exigiu lançamentos contábeis para evidenciar a movimentação entre as unidades gestoras do Órgão.

Ademais, integram aos saldos de doações recebidas, os valores dos bens oriundos de comodatos, passando a ser evidenciados em contas do ativo imobilizado em contrapartida as Variações Patrimoniais Aumentativas. Até o término do 2º trimestre de 2022, os bens recebidos em comodatos perfizeram um montante de aproximadamente R\$ 470 mil, destacando-se os bens recebidos da Fundação de Aparo e Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, a qual somam cerca de R\$ 430 mil em bens cedidos por comodato.

Nota 16 - Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiram um montante aproximado de R\$ 450 milhões ao final do 2º trimestre de 2022, registrando elevação de 1,34% em comparação com o mesmo período de 2021. Como principais contas que contribuíram para esse aumento ao término do 2º trimestre de 2022, pode-se destacar os grupos de contas “Pessoal e Encargos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, cuja variação positiva é de 3,17% e 3,63% respectivamente.

Já a VPD relacionada com o grupo de contas de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, apresenta variação negativa de 10,43% ao final do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Esses grupos de contas são descritos com maior detalhamento na sequência.

A tabela 29 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Tabela 29 – VPD Pessoal e Encargos Sociais composição R\$ 1,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
GRATIFICACOES	82.323.751,95	79.965.076,88	2,95
VENCIMENTOS E SALARIOS	73.543.886,33	73.576.894,02	(0,04)
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	40.718.255,16	40.722.539,10	(0,01)
FERIAS - RPPS	19.880.531,71	19.537.877,35	1,75
13. SALARIO - RPPS	14.922.000,11	14.674.534,73	1,69
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	7.163.922,41	4.955.728,59	44,56
AUXILIO ALIMENTACAO	7.045.745,72	7.032.559,51	0,19
VENCIMENTOS E SALARIOS	3.056.301,66	2.435.325,04	25,50
ABONOS	2.732.398,57	2.746.701,74	(0,52)
ADICIONAIS	2.254.817,68	583.316,44	286,55
OUTRAS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.773.088,13	5.207.583,65	10,86
TOTAL	259.414.699,43	251.438.137,05	3,17

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 29, o grupo de contas “Pessoal e Encargos Sociais” registrou variação positiva de 3,17% no período em relação ao mesmo trimestre de 2021. Essa elevação teve como influência principal, o aumento de despesas com gratificações, cuja variação positiva dessa rubrica é de 2,95%, correspondendo aproximadamente R\$ 2,3 milhões a mais que no mesmo trimestre de 2021.

Ademais, a rubrica de gratificações é a mais representativa do grupo Pessoal e encargos Sociais, corresponde a 31,73% do total das despesas de Pessoal e Encargos Sociais ao término do 2º trimestre de 2022. As Gratificações englobam as funções por exercício de cargo, por exercício de funções, tempo de serviço, incentivo a qualificação, exercício de cargo em comissão entre outras. Dentre elas, a Retribuição por Titulação (RT) é a mais significativa que compõe essa natureza de gasto, somando um montante aproximado de R\$ 62,8 milhões no período, valor 3,82% superior ao registrado no mesmo trimestre de 2021. As gratificações RT são aquelas devidas aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

Outro grupo de contas que impacta significativamente as Variações Patrimoniais Diminutivas, é “Benefícios Previdenciários e Assistências. Tal grupo de contas, representa 28,03% das VPD's incorridas no 2º trimestre de 2022, com montante de aproximadamente R\$ 127,7 milhões.

A seguir é apresentada a tabela 30, com as principais contas que compõe o saldo do grupo “Benefícios Previdenciários e Assistências” ao final do segundo trimestre de 2022.

Tabela 30 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências composição R\$ 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAIS	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	82.720.472,42	80.391.157,37	2,90
PENSOES CIVIS	16.719.730,49	15.482.098,70	7,99
GRATIFICACOES	8.875.786,08	9.051.543,31	(1,94)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	8.039.991,59	7.866.908,47	2,20
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	5.706.132,74	4.786.200,01	19,22
ASSISTENCIA A SAUDE	3.626.021,36	3.674.434,24	(1,32)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.416.099,14	1.314.583,21	7,72
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	250.106,64	278.174,48	(10,09)
AUXILIO FUNERAL	224.951,02	210.688,33	6,77
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	171.933,60	215.186,04	(20,10)
AUXILIO NATALIDADE	14.503,50	19.118,25	(24,14)

Total	127.765.728,58	123.290.092,41	3,63
--------------	-----------------------	-----------------------	-------------

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 30, esse grupo de VPD apresenta elevação de 3,63% ao fim do 2º trimestre de 2022, o que corresponde uma variação positiva de aproximadamente R\$ 4,4 milhões em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Essa elevação foi influenciada, principalmente, pela conta de “Proventos – Pessoal Civil”, já que a variação positiva é de 2,90% no período, bem como pela rubrica de Pensões Civis registrando aumento de 7,99% no término do 2º trimestre em comparação com o mesmo período de 2021. Ambas as rubricas têm seu aumento de valor explicado no número de ingressantes nos grupos de inativos e pensionistas, já que se observa acréscimo de 1,05% para inativos e 8,03% para pensionistas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo”, compreende o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação do órgão, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já demonstradas anteriormente na presente nota explicativa.

A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

Tabela 31 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE BENS DE CAPITAL	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	12.333.963,64	16.083.486,04	(23,31)
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	2.740.520,10	2.146.808,69	27,66
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	2.037.365,50	1.968.302,79	3,51
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	1.946.604,14	3.398.382,48	(42,72)
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	1.559.128,15	1.673.106,05	(6,81)
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PF	1.437.776,40	130.229,44	1.004,03
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PJ	421.524,50	1.001,54	41.987,64
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	300.281,12	233.774,69	28,45
OUTRAS VPD'S - SERV., BENS E CONS. DE BENS DE CAPITAL	1.748.677,88	1.746.710,36	0,11
Total	24.525.841,43	27.381.802,08	(10,43)

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 31, o montante com VPD relacionado a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” foi de aproximadamente R\$ 24,5 milhões, saldo 10,43% menor do que o registrado no mesmo trimestre do ano anterior, sendo influenciado principalmente pela diminuição de VPD's relacionadas a serviços.

Dentre as contas de VPD que contribuíram para diminuição do valor do grupo no período, pode-se destacar “Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, cuja variação negativa é de 23,31% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021, representando uma diminuição de aproximadamente R\$ 3,7 milhões. Atribui-se essa diminuição, principalmente, ao gasto relativo com locação de mão de obra (serviços terceirizados) que ao final do 2º trimestre de 2021 registrou gasto de R\$ 15,4 milhões enquanto que ao final do 2º trimestre de 2022 o gasto é de R\$ 11,5 milhões. Esses serviços estão relacionados com a prestação de serviço limpeza, vigilância, apoio administrativo técnico e operacional entre outros nos quais o contrato especifique o quantitativo de pessoal.

Nesse sentido, a diminuição do saldo de VPD com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, está associado principalmente, aos serviços de manutenção predial, visto que no 2º trimestre de 2022 registra-se gasto de aproximadamente R\$ 2,8 milhões enquanto que no mesmo trimestre de 2021 contabilizou-se a quantia de R\$ 4,2 milhões.

Outra redução significativa que contribuiu para a diminuição do valor do grupo de “Bens, Serviços, consumo de Capital Fixo” é a VPD com “Fornecimento de Alimentação”. Nessa conta, é registrado o gasto com aquisições de refeições preparadas, no caso da UFPEL esse serviço terceirizado é prestado pelos Restaurantes Universitários (RU). Nesse contexto, é apurado diminuição de 42,72% na VPD de Fornecimento de Alimentação ao término do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. Essa retração é

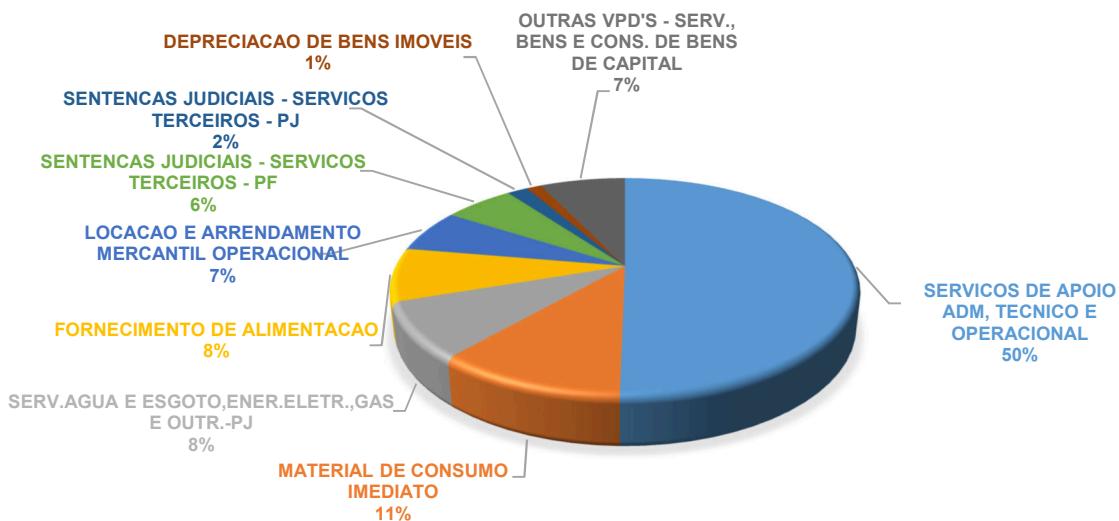
ocasionada pela contabilização do serviço de fornecimento de alimentação da competência de março e abril de 2022, cujo registro no SIAFI ocorreu em julho de 2022, não sendo, desse modo, incluídos nos gastos do 2º trimestre de 2022.

Destaca-se também, as contas associadas a sentenças judiciais, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica. Tais VPD's com sentenças judiciais apresentaram expressiva elevação ao término do 2º trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso é justificado pelo registro da atualização monetária relativos aos precatórios dos exercícios de 2020 e 2021, efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4º região.

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo até o 2º trimestre de 2022:

Gráfico 3 - Principais VPD's de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo do 2º trimestre de 2022

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Nota 17 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de “Resultados Acumulados” do item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Nesse contexto, a UFPEL até o 2º trimestre de 2022 apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 5,6 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) conforme ilustrado na tabela 32.

Tabela 32 – DVP: Resultado patrimonial do período R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	2º tri 2022	2º tri 2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	455.749.570,27	480.710.020,32	-5,19
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	450.123.914,00	444.169.243,79	1,34
Resultado Patrimonial do Período	5.625.656,27	36.540.776,53	-84,60

Fonte: SIAFI 2022.

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 18 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Neste contexto, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento foi positiva em R\$ 7,2 milhões até o 2º trimestre de 2022. Em vista disso, a geração líquida de caixa variou 31,94% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em virtude do saldo menor do caixa e equivalente caixa final no 2º trimestre de 2022. A seguir, é demonstrado a tabela 33 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 33 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final composição R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	56.214.582,57	58.347.197,38	-3,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	63.488.008,28	63.859.983,28	-0,58
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.273.425,71	5.512.785,90	31,94

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 33, a variação positiva de 31,94% na geração líquida de caixa é explicada, em especial, pelos saldos de caixa e equivalente de caixa inicial, que apresenta retração de 3,66% em comparação com o mesmo trimestre de 2021, bem como pelo saldo de caixa e equivalente de caixa final, que demonstram saldos semelhantes nos trimestres de 2022 e 2021. Ademais, esses saldos são influenciados pelo fluxo de caixa das atividades operacionais, em razão do saldo positivo de cerca de R\$ 10,5 milhões apurado até o término do 2º trimestre de 2022, contudo, esse resultado é 4,79% menor do que o contabilizado no 2º trimestre de 2021.

Essa diminuição no volume de fluxo de caixa das atividades operacionais pode ser atribuída principalmente, pelos desembolsos com pessoal e demais despesas correntes na função educação, cuja variação positiva é de 2,93%, correspondendo aproximadamente R\$ 7,1 milhões a mais do que no 2º trimestre de 2021.

Na sequência, são apresentadas a descrição das atividades que contribuem para a formação de caixa do e equivalente de caixa órgão.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento na formação de caixa do órgão, conforme tabela 34 transcrita abaixo:

Tabela 34 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades composição R\$ 1,00

ATIVIDADES	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.529.358,65	11.058.835,50	-4,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.255.932,94	-5.546.049,60	-41,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	7.273.425,71	5.512.785,90	31,94

Fonte: SIAFI 2022.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais compreende os ingressos e desembolsos de recursos orçamentários e extraorçamentários que impactam as entradas e saídas de caixa, influenciando os recebimentos e pagamentos orçamentários e extraorçamentários do órgão.

Nota 19 – DFC: Ingressos

Dos ingressos, destaca-se o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais”, que contribuem com 99,62% das entradas de caixa, perfazendo um montante aproximado de R\$ 438 milhões. Esse volume de recurso é 1,45% superior ao do 2º trimestre de 2021. Entre as contas que compõe esse grupo, podemos salientar as “Transferências Financeiras Recebidas” cujos ingressos, de maneira geral, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e dos demais órgãos da Administração Pública. Tais recursos financeiros são destinados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como de compromissos assumidos em exercícios anteriores.

Outros ingressos financeiros que participam dos fluxos de caixa das atividades operacionais, são as receitas arrecadadas diretamente pela UFPEL, denominadas como “Receitas Próprias”. A seguir, é apresentada a tabela 35 elencando o saldo das principais receitas próprias arrecadadas até o término do 2º trimestre de 2022:

Tabela 35 - Receitas Originárias e Derivadas composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
Receita Patrimonial	69.766,68	124.861,39	-44,12
Receita Agropecuária	7.920,00	11.888,00	-33,38
Receita de Serviços	900.738,78	705.167,74	27,73
Remuneração das Disponibilidades	16.582,41	12.006,49	38,11
Outras Receitas Derivadas e Originárias	22.350,85	9.578,39	133,35
Transferências Recebidas	122.374,18	16.400,00	646,18
TOTAL	1.139.732,90	879.902,01	29,53

Fonte: SIAFI 2022.

Na tabela 35, estão demonstrados os ingressos provenientes de receitas “próprias da UFPEL, que contribuem para reforçar o caixa e equivalente de caixa ao término do 2º trimestre de 2022. Essas entradas de caixa registram acréscimo de 29,53% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Tal elevação no ingresso de receitas próprias está associada, principalmente, pela arrecadação com Receitas de Serviços, cujo aumento é de 27,73% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. Ressalta-se, que essas receitas correspondem aos ingressos originados de serviços administrativos e comerciais gerais, taxa de inscrição em processos seletivos, serviços de informática e tecnologia, as quais são mais bem detalhadas nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Outra natureza de receita que contribuiu para o crescimento de ingressos no caixa e equivalente de caixa é “Transferências Recebidas”, cuja acréscimo é de 648,18% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Dentre as receitas que compõe essa conta, destaca-se os repasses recebidos do município de Pelotas através de convênios firmados junto a UFPEL para desenvolver ações e serviços na atenção odontológica no âmbito do SUS, bem como recebimentos de recursos da APROSEM originados de acordo de cooperação técnica com a finalidade de formar profissionais em nível de mestrado para atuar no campo da ciência e tecnologia de sementes.

Nota 20 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Assim, com base nesse conceito, ao final do 2º trimestre de 2022 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 428,8 milhões, saldo 1,68% maior do que o registrado no mesmo trimestre de 2021. Desse montante, destacam-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que representa 58,35% das saídas de caixa e equivalente de caixa das atividades operacionais ao final do 2º trimestre de 2022.

A seguir é apresentada a tabela 36 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais no 2º trimestre de 2022:

Tabela 36 – Desembolsos das Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
DESEMBOLSOS	-428.808.638,82	-421.741.530,18	1,68
Pessoal e Demais Despesas	-364.127.366,93	-353.906.881,16	2,89
Previdência Social	-113.449.537,97	-109.619.913,06	3,49
Saúde	-95.337,01	-226.896,44	-57,98
Educação	-250.229.008,01	-243.101.609,94	2,93
Gestão Ambiental	-192.338,00	-740.459,46	-74,02
Transporte	-400,05	-	-
Encargos Especiais	-171.933,60	-220.696,78	-22,10
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	11.187,71	2.694,52	315,20
Transferências Concedidas	-45.362.939,80	-44.645.974,98	1,61
Intragovernamentais	-44.186.601,83	-43.939.311,63	0,56
Outras Transferências Concedidas	-1.176.337,97	-706.663,35	66,46
Outros Desembolsos Operacionais	-19.318.332,09	-23.188.674,04	-16,69
Dispêndios Extraorçamentários	-295.501,04	-62.309,45	374,25
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-19.022.831,05	-23.126.364,59	-17,74

Fonte: SIAFI 2022.

Dentre os desembolsos elencados na tabela 36, destaca-se “Previdência Social”, na qual registra-se aumento nos desembolsos de 3,49% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse acréscimo de aproximadamente R\$ 3,8 milhões está associado ao pagamento de aposentadorias e pensões, que apresentam elevação de 2,01% e 7,21% respectivamente em comparação ao mesmo trimestre de 2021.

Sobre a função “Educação”, podemos detalhar os desembolsos por subfunção, o que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela 37 demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de educação:

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento. <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mto>

Tabela 37 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

FUNÇÃO GOVERNO	SUBFUNÇÃO GOVERNO	2º tri 2022	2º tri 2021	AH%
EDUCAÇÃO	ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	2.023,00	888,63
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	53.463,89	278.382,38	-80,79
	ATENCAO BASICA	12.003.012,39	10.593.452,53	13,31
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	14.809.506,26	15.657.735,23	-5,42
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	-	1.355.062,36	-100,00
	ENSINO SUPERIOR	223.157.751,87	215.013.138,48	3,79
	EDUCACAO BASICA	185.273,60	201.815,96	-8,20
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		-	-	-
TOTAL		250.229.008,01	243.101.609,94	2,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 37, é possível conhecer os desembolsos relacionados aos fluxos de caixa das atividades operacionais por subfunção. A subfunção é a partição da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. Tendo em vista que a UFPEL é um órgão que desempenha atividades do ensino, pesquisa e extensão, seus desembolsos na função educação concentram-se na subfunção de ensino superior. Logo, essa subfunção representa 89,18% dos gastos com a função educação.

Ainda sobre a subfunção ensino superior, constata-se aumento de 3,79% nos desembolsos ao fim do 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal elevação está associada principalmente, aos gastos de pessoal e encargos sociais, especialmente, com vencimentos e vantagens fixas, cujo aumento é de aproximadamente R\$ 6,2 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2021.

A subfunção relacionada a atenção básica também contribuiu para elevar o volume de desembolsos na função Educação. Acerca disso, os pagamentos efetuados nessa subfunção registram variação positiva de 13,31% no 2º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. As naturezas de despesas que compõe a subfunção de atenção básica estão associadas a folha de pagamento, tais como auxílio alimentação, auxílio transporte, contratação por tempo determinado entre outras. Parte dessas rubricas foram pagas na subfunção de governo denominada “Proteção e Benefícios ao Trabalhador” em 2021, o que não ocorre no exercício de 2022, já que tais rubricas são pagas integralmente na subfunção de governo de Atenção Básica.